

NOME:

CADERNO DA AVALIAÇÃO ESCRITA (RASCUNHO)

Atenção: A Avaliação Escrita terá duração máxima de 5 horas e consistirá em uma dissertação sobre tema sorteado imediatamente antes do início da prova, conforme o Conteúdo Programático. O candidato deverá utilizar exclusivamente caneta esferográfica azul ou preta. Este caderno deve ser usado apenas como rascunho, sendo proibido destacar folhas. Ao final, o texto definitivo deverá ser transcrito para as folhas oficiais fornecidas pela equipe de aplicação. Se precisar, **solicite folhas adicionais ao fiscal.**

MARQUE ABAIXO O TEMA PREVISTO EM EDITAL SORTEADO:

1. ☐ Tributação de atividades de alto impacto climático.
2. ☐ Cyberbullying e Crimes Contra a Honra na Internet.
3. ☐ Danos ambientais e responsabilizações jurídicas.
4. ☐ Os Direitos Humanos e os grupos socialmente vulneráveis: proteção jurídica internacional e nacional.
5. ☒ Os impactos da LGPD no serviço público.
6. ☐ Nova Lei de Licitação e Contratos.
7. ☐ Execução penal digital e tecnologias.
8. ☐ A Jurisdicionalização da Política no Brasil: A constitucionalidade do STF como Arbitro de Conflitos Sociais e Políticos.
9. ☐ Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos.
10. ☐ Direitos Previdenciários dos trabalhadores rurais e das mulheres.

REFERENCIAL DEFINITIVO DE RESPOSTA

A Lei Geral de Proteção de Dados impactou profundamente o serviço público ao impor padrões obrigatórios para o tratamento de informações pessoais, com fundamento nos direitos fundamentais à privacidade e à segurança da informação. A Administração deve observar princípios como finalidade, necessidade, transparência e segurança, além de justificar o tratamento com base em hipóteses legais específicas, como execução de políticas públicas e cumprimento de obrigação legal.

A adequação exige mapeamento de dados, revisão de procedimentos internos e adoção de medidas técnicas e administrativas de proteção, incluindo gestão de riscos e prevenção de incidentes. Nessa estrutura, destaca-se o papel do encarregado pelo tratamento de dados, responsável por orientar servidores, interagir com titulares e articular-se com a ANPD.

Embora apresente desafios como carência de capacitação e limitações tecnológicas, a LGPD contribui para maior eficiência, padronização e governança, promovendo um equilíbrio entre transparência, proteção de dados e qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

O(A) candidato(a) pode, a seu critério, abordar os seguintes temas:

1. Fundamentação jurídica da LGPD e sua aplicação à Administração Pública. Abordar a base constitucional (art. 5º, X e XII), a Lei nº 13.709/2018 e a obrigatoriedade de observância pelos entes e órgãos públicos.

2. Princípios da proteção de dados aplicáveis ao setor público. Explicar princípios como finalidade, adequação, necessidade, transparência e segurança no tratamento de dados pelo Estado.

3. Bases legais específicas para o tratamento de dados pelo Poder Público. Destacar hipóteses como execução de políticas públicas, cumprimento de obrigação legal e tutela da saúde.

4. Dever de transparência e publicidade qualificada. Discutir a necessidade de conciliar LGPD com a Lei de Acesso à Informação, evitando divulgações indevidas.

5. Mapeamento e gestão de dados pessoais dentro da Administração. Abordar inventário de dados, fluxos internos, ciclo de vida das informações e revisão de processos administrativos.

6. Segurança da informação e prevenção de incidentes. Mencionar medidas técnicas e administrativas, controle de acessos, criptografia e gestão de riscos.

7. Papel do Encarregado (DPO) no serviço público. Explicar a função, atribuições, comunicação com titulares e com a ANPD.

8. Impactos na eficiência e na modernização administrativa. Mostrar como a adequação à LGPD melhora governança, confiabilidade, padronização e qualidade dos serviços públicos.

9. Responsabilização do Estado por danos decorrentes de tratamento inadequado. Abordar responsabilidade objetiva, dever de reparação e fiscalização pela ANPD.

10. Desafios e perspectivas na implementação da LGPD no setor público. Citar limitações estruturais, falta de capacitação, necessidade de investimentos e fortalecimento da cultura de proteção de dados.

A Banca Examinadora informa que serão devidamente apreciadas as informações, os argumentos e os direcionamentos adotados por cada candidato. Ressalta-se que os pontos de vista, informações e argumentos apresentados, ainda que não previstos expressamente neste referencial de respostas, serão considerados e valorizados sempre que evidenciem relação com o tema proposto. Ademais, será especialmente valorizada a produção de respostas de caráter amplo, crítico e interdisciplinar, em consonância com o perfil interdisciplinar exigido para a avaliação.